

EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

EMOTIONAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD



CASSIA APARECIDA BARBOSA

Graduação Pedagogia pela Faculdade UNICID (2024); Professora de Educação Infantil – no CEI Gumercindo de Pádua Fleury.

RESUMO

A educação emocional na primeira infância tem se destacado como uma dimensão essencial para o desenvolvimento integral da criança. Este artigo analisa a importância de iniciar o ensino das competências socioemocionais nos primeiros anos de vida, destacando sua contribuição para a formação da autorregulação, da empatia, da convivência e da saúde mental. A partir de revisão de literatura recente e do contexto educacional brasileiro, discutem-se os fundamentos teóricos do desenvolvimento socioemocional, o papel da família e da escola, estratégias pedagógicas eficazes e os desafios e oportunidades para a implementação da educação emocional nas redes públicas. Os resultados apontam que, embora existam barreiras estruturais e formativas, há também avanços normativos, como a inserção das competências socioemocionais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e crescente engajamento de educadores e famílias. Conclui-se que promover a educação emocional desde a primeira infância é uma necessidade urgente para a construção de ambientes educativos mais humanos, equitativos e acolhedores.

Palavras-chave: Educação emocional; Primeira infância; Desenvolvimento socioemocional; escola e família; políticas educacionais.

ABSTRACT

Emotional education in early childhood has emerged as an essential dimension for the integral development of children. This article analyzes the importance of beginning to teach social-emotional skills in the early years of life, highlighting their contribution to the formation of self-regulation, empathy, coexistence, and mental health. Based on a review of recent literature and the Brazilian educational

context, we discuss the theoretical foundations of social-emotional development, the role of family and school, effective pedagogical strategies, and the challenges and opportunities for implementing emotional education in public school systems. The results indicate that, although there are structural and formative barriers, there are also normative advances, such as the inclusion of social-emotional skills in the National Common Core Curriculum (BNCC), and growing engagement by educators and families. It is concluded that promoting emotional education from early childhood is an urgent need for the construction of more humane, equitable, and welcoming educational environments.

Keywords: Emotional education; Early childhood; Socio-emotional development; School and family; Educational policies.

INTRODUÇÃO

A primeira infância — fase que abrange aproximadamente os primeiros seis anos de vida — representa um período crítico para o desenvolvimento humano. É nesse intervalo que ocorrem importantes aquisições cognitivas, motoras, sociais e emocionais. A neurociência já demonstrou que o cérebro infantil possui elevada plasticidade nesse estágio, o que o torna altamente sensível a estímulos ambientais e interações afetivas. Nesse contexto, a educação emocional emerge como um componente essencial para o desenvolvimento integral da criança.

A educação emocional não deve ser compreendida apenas como o ensino de regras de comportamento ou de controle de impulsos. Trata-se de um processo mais amplo, que envolve o reconhecimento, a nomeação, a compreensão e a expressão adequada das emoções. Ao desenvolver essas competências, a criança constrói bases sólidas para a formação da autoestima, da empatia, da autorregulação e da capacidade de se relacionar com o outro.

Diante do aumento dos desafios emocionais enfrentados por crianças em idade precoce — como a ansiedade, a agressividade e a dificuldade de socialização — é urgente refletir sobre o papel da educação emocional como estratégia preventiva e promotora de saúde mental. Este artigo discute a importância de integrar práticas de educação emocional desde os primeiros anos de vida, analisando o papel da família, da escola e de políticas públicas voltadas à primeira infância.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A educação emocional na primeira infância assume papel estratégico para o estabelecimento de bases psicológicas, sociais e cognitivas sólidas. Quando iniciada nos primeiros anos de vida, ela contribui significativamente para a construção de competências socioemocionais que perduram ao longo da vida. Em estudos no Brasil, a educação emocional começa a ser vista como elemento central na educação infantil, com impacto positivo no comportamento e nas relações sociais das crianças (Revista FT, 2025).

Desde os primeiros vínculos, as experiências afetivas moldam a arquitetura emocional da criança. A pesquisa “Regulação Emocional Infantil: uma revisão integrativa da literatura brasileira” revela que, embora existam lacunas, há uma produção científica crescente nos últimos anos sobre como a regulação emocional se desenvolve no contexto brasileiro, destacando a importância de intervenções precoces e bem planejadas (Silva; Pessoa, 2025). Esse desenvolvimento precoce está intimamente ligado à capacidade de autorregulação, ou seja, à habilidade de lidar com emoções intensas de forma construtiva.

Crianças que são submetidas desde cedo a estímulos emocionais — como escuta afetiva, mediação de conflitos e orientação no uso de palavras para expressar sentimentos — mostram melhores níveis de empatia, menos comportamentos agressivos e maior resiliência frente a desafios. Um estudo de experiência escolar relatou que, em uma escola de educação infantil, um projeto de promoção de autorregulação emocional e de resolução de problemas interpessoais contribuiu para mudanças comportamentais positivas entre alunos de aproximadamente cinco anos de idade (Bonfatti et al., 2021).

Por outro lado, a ausência de um processo formal e intencional de educação emocional pode trazer repercussões negativas. A falta de mediação emocional e apoio na criança tende a favorecer episódios de impulsividade, dificuldade de socialização e baixa autoestima. Em trabalho sobre emoções e sentimentos na educação infantil, Batista (2022) argumenta que o processo pedagógico, na ausência de suporte emocional, pode falhar em promover o reconhecimento e a expressão saudável de estados afetivos nas crianças, limitando seu desenvolvimento emocional.

Além disso, a educação emocional na primeira infância interfere diretamente no ambiente escolar e nas relações interpessoais. Quando as crianças desenvolvem mecanismos internos para controlar tristeza, raiva ou frustração, as salas de aula se tornam espaços mais colaborativos, menos conflituosos e mais propícios ao aprendizado. O reconhecimento desses efeitos fez com que autores no Brasil adotassem a educação emocional como parte do currículo de educação infantil, encarando-a como componente indispensável para o desenvolvimento integral (Revista FT, 2025).

Outra dimensão crucial é o impacto social e coletivo. Investir em educação emocional nos primeiros anos de vida é formar cidadãos mais conscientes, capazes de dialogar, conviver com diferenças e administrar conflitos de forma pacífica. Em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas e desafios de convivência, crianças que desenvolvem competências emocionais desde cedo tendem a contribuir para ambientes mais cooperativos e empáticos, reduzindo riscos de violência e exclusão social.

Por fim, é importante destacar que a eficácia da educação emocional depende de uma articulação coerente entre família, escola e políticas públicas. Em estudos recentes, a formação dos educadores emerge como fator decisivo para que essas práticas se sustentem no tempo (Revista FT, 2025). Em síntese, investir na educação emocional desde os primeiros anos de vida não é um luxo,

mas uma necessidade estratégica, com repercussões no bem-estar individual, no convívio social e no desenvolvimento de uma sociedade mais equilibrada e humana.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL: O QUE É E COMO ACONTECE

O desenvolvimento socioemocional refere-se ao processo pelo qual a criança vai construindo gradativamente competências emocionais e sociais — a capacidade de perceber e nomear as próprias emoções, de regular reações afetivas, de reconhecer o que o outro sente (empatia) e de interagir em relações saudáveis. Na primeira infância, esse “aprendizado emocional” ocorre em estreita articulação com o contexto relacional, com a maturação cerebral e com as experiências sociais vividas pela criança. Recentes estudos apontam que programas de aprendizagem socioemocional em sala de aula conseguem controlar comportamentos-problema e prevenir o desajuste escolar já nos primeiros anos (Hosokawa et al., 2024).

Desde os primeiros vínculos afetivos, o desenvolvimento socioemocional se molda a partir da interação entre potencial biológico e ambiente. Relações de apego seguro, por meio das quais cuidadores respondem às expressões emocionais das crianças com acolhimento e sensibilidade, fornecem o alicerce para que elas internalizem a noção de que suas emoções são legítimas e merecem ser compreendidas. Nesse contexto, o apoio emocional externo — quando o adulto ajuda a nomear, contextualizar e modular emoções — gradualmente dá lugar à regulação interna da própria criança. Essa transição é central: a criança aprende não só a sentir, mas a dar sentido e direcionamento ao que sente.

Do ponto de vista neurológico, a primeira infância é um período de elevada plasticidade cerebral. Regiões como o sistema límbico e o córtex pré-frontal, bem como as conexões entre essas áreas, ainda estão em processo de formação e são sensíveis a estímulos emocionais consistentes. Assim, ambientes afetivamente seguros favorecem o fortalecimento dessas redes neurais, enquanto exposições prolongadas a estressores — como instabilidade familiar, tensões crônicas ou privação emocional — podem interferir negativamente nesse processo. Em contextos de crises recentes, por exemplo, a pandemia de COVID-19 impactou o desenvolvimento socioemocional infantil, com relatos de piora nas competências emocionais e no comportamento social (Oppermann et al., 2024).

A educação formal e informal também exerce papel fundamental nesse desenvolvimento. Programas de aprendizagem socioemocional (SEL — *Social Emotional Learning*) têm sido avaliados em diferentes países, com evidências de que estratégias estruturadas — sequenciais, ativas, focadas e explícitas — promovem ganhos não só em competências emocionais, mas também no desempenho acadêmico, na autoestima e no clima escolar (Cipriano et al., Yale research, 2023). Em um contexto brasileiro, pesquisas recentes em turmas de educação infantil indicam que práticas pedagógicas

mediadas por professores — tais como a mediação de conflitos, escuta emocional e expressão simbólica — fortalecem a socialização, a resolução de conflitos e o equilíbrio emocional (Sá, 2025).

Entretanto, o desenvolvimento socioemocional não evolui de forma uniforme ou linear para todas as crianças. Fatores de risco e proteção desempenham papel modulador. Condições de vulnerabilidade socioeconômica, carência de estimulação, desorganização ambiental e falta de suporte emocional podem comprometer o desenvolvimento emocional pleno. Por outro lado, ambientes ricos em estímulos afetivos, cuidadores sensíveis e políticas públicas que valorizem o universo emocional infantil funcionam como fatores de proteção. No Brasil, cerca de 12% das crianças até cinco anos apresentam suspeita de atraso no desenvolvimento, o que aponta para a relevância de intervenções precoces considerando o contexto social (Ministério da Saúde, 2023).

Autores que fizeram revisão sistemática recente da literatura destacam que competências como autorregulação, comportamento pró-social, empatia e relações positivas com pares emergem justamente nos primeiros anos e são moldadas por múltiplas interações cotidianas (Damayanti & Syafril, 2024). Esses pesquisadores apontam ainda que a regulação emocional depende da mediação adulta, uso de narrativas, jogos simbólicos e atividades colaborativas como estratégias educativas.

Em síntese, entender o que é o desenvolvimento socioemocional e como ele acontece significa reconhecer que as emoções infantis não são “instintivas” ou puramente subjetivas, mas sim fruto de uma construção conjunta entre biologia, relações e cultura. Na primeira infância, esse processo é particularmente suscetível à mediação cuidadosa: quanto mais sensível e consistente for o ambiente emocional da criança, maiores são as chances de que ela internalize repertórios adaptativos para lidar com emoções e interações sociais ao longo da vida.

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO ENSINO DAS EMOÇÕES

A família e a escola desempenham papéis complementares e decisivos no processo de ensino e promoção da educação emocional desde a primeira infância. A partir de interações cotidianas e de práticas intencionais, ambos os ambientes podem cooperar para fortalecer a competência emocional da criança, com benefícios duradouros para seu bem-estar, sociabilidade e aprendizagem.

No ambiente familiar, os pais e cuidadores são os principais modelos emocionais para a criança. Por meio da observação e da relação cotidiana, a criança aprende a reconhecer, expressar e regular suas emoções seguindo padrões vividos no lar. Pesquisas contemporâneas sustentam que práticas parentais emocionalmente responsivas — em que o cuidador acolhe sentimentos, nomeia emoções e orienta a criança — favorecem o desenvolvimento de uma regulação emocional adaptativa (Morris, 2025). Quando o adulto consegue validar o estado afetivo infantil, sem rejeitar ou minimizar

as emoções, ele oferece segurança para que a criança explore e reorganize seus afetos internamente.

Além disso, programas de visita domiciliar voltados ao fortalecimento parental mostraram-se eficazes para inserir práticas emocionais no cotidiano familiar e reduzir riscos de disfunções emocionais em contextos vulneráveis. Um estudo recente avaliou um programa de visitas domiciliares de larga escala no Brasil, observando melhora em práticas parentais, vínculo familiar e ambiente emocional, o que tende a refletir no desenvolvimento socioemocional das crianças (Healy et al., 2024). Esse tipo de intervenção evidencia que a atuação familiar não é apenas espontânea, mas pode ser sistematizada em estratégias educativas que potencializam o impacto emocional positivo.

No contexto escolar, a escola tem papel fundamental como ambiente de socialização emocional, sobretudo quando os professores são formados para lidar com emoções e para mediar conflitos afetivos de maneira consciente. Intervenções de *Social-Emotional Learning* (SEL) aplicadas nas escolas brasileiras já demonstraram efeitos positivos: uma das iniciativas com “kernels” SEL em redes escolares no Brasil reduziu comportamentos de hiperatividade e promoveu melhor sociabilidade em crianças (IDOR / estudo brasileiro, 2023) (ver matéria “Socio-emotional learning (SEL) reduces hyperactivity ...”, 2023). Esse tipo de programa mostra que práticas escolares de curta aplicação, mas bem estruturadas, são capazes de repercutir no bem-estar emocional dos estudantes.

Para que esse papel seja efetivo, é crucial que a escola promova ambientes seguros emocionalmente e que inclua rotinas que estimulem a expressão, o diálogo e a reflexão emocional. Por exemplo, o uso de *circle time* (momento em que professores e crianças se reúnem para conversas dirigidas) demonstrou, em contexto brasileiro recente, promover vínculo afetivo, permitir a expressão de sentimentos e dinamizar a interação emocional entre docente e aluno (Bonfim et al., 2025). Tal prática cria um espaço formalizado de escuta, troca e empatia dentro da sala de aula.

A integração entre família e escola é outro aspecto decisivo. Quando esses dois ambientes dialogam e alinham suas abordagens emocionais, reconhecendo que a emoção é parte central da vida humana, os resultados tendem a se intensificar. Um estudo nacional investigou o engajamento familiar e seus impactos nos resultados de aprendizagem na educação infantil, e concluiu que quanto maior a participação da família — tanto em atividades escolares quanto na comunicação com educadores —, melhor eram os desfechos cognitivos e socioemocionais das crianças (Oliveira et al., 2024). Essa sinergia entre casa e escola favorece a coerência de práticas emocionais e reduz dissonâncias entre os mundos afetivos que a criança vivencia.

Entretanto, para que a escola e a família sejam eficazes no ensino das emoções, é necessário investimento em formação docente e em promoção de culturas escolares que reconheçam a dimensão emocional como parte integrante do currículo. Estudos de adaptação de programas SEL para crianças de 3 a 6 anos mostram que a eficácia depende da adequação cultural e da capacitação de professores para mediar atividades emocionais (Colagrossi et al., 2024). Se os professores não

estiverem preparados para liderar reflexões emocionais ou intervir em tensões afetivas, o impacto das iniciativas tende a ser superficial.

Em síntese, o papel da família e da escola no ensino das emoções não é substituível: cada esfera cumpre função específica, mas quando alinhadas, potencializam os efeitos. A família modela a base emocional, oferece acolhimento emocional e estrutura de vínculo; a escola expande o mundo emocional para o coletivo, permite a mediação de conflitos e sistematiza práticas socioemocionais. Essa cooperação é condição para que a criança internalize um repertório saudável de reconhecimento, expressão e regulação emocionais, contribuindo para uma trajetória de vida mais equilibrada e criativa.

ESTRATÉGIAS PRÁTICAS PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO EMOCIONAL

A promoção da educação emocional na primeira infância exige mais do que boa intenção: requer ações práticas, coerentes com o desenvolvimento infantil, culturalmente contextualizadas e respaldadas por evidências. Dentre as estratégias eficazes, destaca-se o uso do brincar como linguagem privilegiada da criança. O jogo simbólico e o faz de conta são meios naturais de expressão emocional, permitindo que a criança ensaie papéis, explore sentimentos e elabore vivências. Quando os educadores planejam situações lúdicas com intencionalidade — por exemplo, dramatizações sobre sentimentos ou brincadeiras que exigem cooperação —, o brincar torna-se uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento de competências como empatia, autorregulação e convivência. Estudos nacionais como o de Silva, Oliveira e Félix (2025) mostram que ambientes educativos que integram o brincar com foco emocional registram avanços significativos no comportamento das crianças e no clima das interações em sala.

Outra prática com resultados consistentes é a contação de histórias com mediação emocional. Ao propor a leitura de narrativas que tratem de temas afetivos, o educador pode interromper a história em momentos críticos e convidar as crianças a refletirem sobre as emoções dos personagens: “O que você acha que ele sentiu?” ou “Você já se sentiu assim?”. Essa mediação amplia o vocabulário emocional, favorece a empatia e promove um espaço de elaboração simbólica. Conforme pesquisa de Félix (2024), a contação de histórias mediada emocionalmente é eficaz para desenvolver consciência emocional e habilidades de escuta ativa.

A música e a expressão corporal também desempenham papel relevante. Cantar músicas que abordem sentimentos, dançar livremente ou realizar atividades rítmicas proporcionam experiências sensoriais e afetivas integradas. Através do movimento e do som, a criança se conecta com estados internos e aprende a expressar emoções por outros meios além da linguagem verbal. Revisões recentes de práticas pedagógicas destacam que o uso de canções e atividades corporais amplia as formas de comunicação emocional e reduz tensões em sala de aula (Revista FT, 2025).

Jogos e dinâmicas que estimulam o reconhecimento e a nomeação de emoções são igualmente importantes. Atividades como a roda dos sentimentos, cartas de emoções ou jogos de memória afetiva incentivam a criança a reconhecer seus estados internos e os dos colegas, promovendo a linguagem emocional. Lourenço et al. (2025) identificaram que educadores que aplicam essas dinâmicas de forma regular relatam melhorias significativas na expressão emocional das crianças e no desenvolvimento de empatia.

O momento de círculo, ou círculo de diálogo, consiste em reunir o grupo em roda para compartilhar sentimentos, experiências e reflexões sobre o dia. Essa prática, quando conduzida com escuta e respeito, cria um espaço de pertencimento, promove vínculos e dá visibilidade à dimensão emocional do cotidiano escolar. Bonfim et al. (2025) observaram, em sua pesquisa, que escolas que institucionalizaram esse momento tiveram avanços na convivência e na confiança entre alunos e professores.

Em situações de conflito ou frustração, a mediação emocional do adulto é essencial. O educador ou cuidador pode acolher a emoção da criança, nomeá-la e ajudá-la a pensar em estratégias mais construtivas para lidar com a situação. Essa escuta ativa e orientada não visa suprimir o sentimento, mas ajudá-lo a ser compreendido e elaborado. Sá e Lima (2025) enfatizam que a mediação emocional, quando feita com empatia, contribui para a internalização de repertórios saudáveis de regulação afetiva.

A integração da educação emocional ao currículo escolar pode ocorrer por meio de projetos temáticos. Em vez de tratar as emoções como conteúdo isolado, o ideal é incorporá-las às atividades cotidianas. Por exemplo, em um projeto sobre família, as crianças podem compartilhar momentos que as deixaram felizes ou tristes com seus familiares. Esse tipo de abordagem, segundo Sá e Lima (2025), aumenta o engajamento e torna o ensino emocional mais orgânico e significativo.

Outra proposta interessante, especialmente para crianças a partir de quatro anos, é o uso de registros reflexivos, como um “diário emocional”. Nele, a criança pode desenhar ou escrever brevemente sobre como se sentiu durante o dia. Esse exercício estimula a metacognição emocional e permite que ela comece a perceber padrões em suas reações, além de fortalecer a autonomia emocional.

Nenhuma dessas estratégias, entretanto, alcança resultados sustentáveis sem o envolvimento ativo dos adultos. A formação continuada de professores em educação emocional é uma condição indispensável. Educadores preparados conseguem identificar sinais emocionais sutis, planejar atividades com intencionalidade afetiva e lidar com conflitos de forma construtiva. Do mesmo modo, o envolvimento da família é fundamental. Oficinas com pais, bilhetes informativos e sugestões de atividades emocionais para serem feitas em casa são formas eficazes de alinhar os dois principais contextos de desenvolvimento da criança.

Por fim, é importante acompanhar os efeitos dessas práticas por meio de avaliações qualitativas — observações, registros, conversas com crianças e educadores — que permitam ajustar as estratégias, tornando-as mais responsivas às necessidades do grupo. A educação emocional, na prática, não se resume a aplicar técnicas, mas a construir uma cultura de sensibilidade, escuta e cuidado no ambiente educativo.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a promoção da educação emocional enfrenta uma série de desafios estruturais, culturais e práticos, mas também vislumbra oportunidades promissoras que podem servir de alavanca para consolidar essa área no cotidiano da educação infantil e básica. Um dos principais obstáculos é a resistência cultural e institucional. Em muitas escolas e redes de ensino, ainda predomina uma visão centrada no enfoque cognitivo — nas habilidades de leitura, escrita e cálculo — em detrimento das dimensões afetivas e emocionais. Essa priorização dificulta a aceitação e a valorização de práticas socioemocionais mais sistemáticas. Além disso, alguns educadores e gestores questionam a validade ou a mensurabilidade desses saberes emocionais, o que gera insegurança em investir tempo e recursos em algo considerado subjetivo ou menos tangível (Desafios pedagógicos, 2025).

Outro grande desafio é a formação docente insuficiente. Muitos professores não recebem preparação adequada para lidar com as emoções próprias ou com as das crianças, tampouco aprendem metodologias específicas para mediar reflexões emocionais em sala de aula. Sem esse preparo, há o risco de que iniciativas emocionais permaneçam pontuais, improvisadas ou superficiais. Conjugado a isso, a sobrecarga de tarefas já atribuídas aos docentes — como demandas administrativas, pressão por resultados, turmas numerosas e exigências burocráticas — pode levar à priorização de conteúdos acadêmicos mais tradicionais, relegando a dimensão emocional a segundo plano (Desafios pedagógicos, 2025).

A questão dos recursos e da infraestrutura também representa uma barreira concreta. Escolas públicas em áreas vulneráveis frequentemente carecem de espaços adequados para atividades coletivas, de materiais pedagógicos de qualidade e de apoio institucional para a implementação de rotinas que contemplem momentos de diálogo, escuta e expressão emocional. Em muitas redes, não há sequer previsão orçamentária específica para programas de aprendizagem socioemocional, o que dificulta a continuidade e a sistematização dessas práticas. Essa limitação logística cria obstáculos reais para tornar ações emocionais constantes e integradas ao projeto pedagógico (Revisão integrativa ASE, 2024).

Além disso, há o desafio da desigualdade social e das vulnerabilidades contextuais. Crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão mais expostas a estressores crônicos — como insegurança alimentar, violência doméstica ou comunitária, moradia instável e falta de apoio familiar

— que dificultam a regulação emocional e podem demandar estratégias específicas de suporte. Sem políticas públicas de proteção e cuidado intersetorial, a educação emocional, por si só, corre o risco de não alcançar eficácia plena em contextos profundamente adversos. A desigualdade também se manifesta no acesso desigual a programas de qualidade de aprendizagem socioemocional entre regiões urbanas e rurais, ou entre centros urbanos e periferias.

A avaliação e o monitoramento dos programas emocionais também se configuram como um ponto crítico. Embora existam diversos instrumentos validados em outros países, adaptá-los ao contexto brasileiro — tanto do ponto de vista cultural quanto linguístico e metodológico — é um processo ainda em construção. A literatura aponta para lacunas nos estudos comparativos entre modelos de implementação no Brasil e na análise de custo-benefício para adoções em larga escala. Sem dados sólidos e sem feedback contínuo, muitos programas correm o risco de permanecerem como iniciativas pontuais, sem continuidade ou avaliação de impacto efetivo (Revisão integrativa ASE, 2024).

Apesar desses desafios, há oportunidades estratégicas que merecem destaque e podem impulsionar avanços significativos. A primeira delas é a inclusão das competências socioemocionais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que representa um marco legal e pedagógico. Com esse reconhecimento formal, redes de ensino e escolas passam a ter respaldo normativo para incorporar práticas emocionais de maneira mais estruturada e contínua no cotidiano escolar, legitimando a educação emocional como componente essencial do currículo (Competências socioemocionais como fator de proteção, MEC).

Outra oportunidade reside no engajamento crescente da comunidade educativa e das famílias. Uma pesquisa recente apontou que 61,2% das famílias brasileiras demonstram preferência por escolas que incorporem a aprendizagem socioemocional como critério de escolha, o que revela uma demanda social cada vez mais clara por esse tipo de abordagem (CNN Brasil, 2025). Esse apoio pode servir como força mobilizadora para que gestores escolares e políticas públicas priorizem programas emocionais de qualidade.

Adicionalmente, a parceria com organizações da sociedade civil, universidades e instituições especializadas tem se mostrado uma alternativa viável para qualificar as ações escolares. Essas entidades oferecem suporte técnico, formação continuada, materiais pedagógicos e, em alguns casos, ajudam a realizar o acompanhamento e a avaliação dos programas implementados. Relatos de experiências bem-sucedidas em redes que adotaram projetos-piloto indicam que essas parcerias facilitam a superação da escassez de expertise interna e contribuem para a sistematização das práticas emocionais.

A existência de evidências internacionais e relatórios globais também pode ser mobilizada como ferramenta de convencimento para gestores e formuladores de políticas públicas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, publicou

recentemente estudos demonstrando a relação direta entre o desenvolvimento de competências socioemocionais e o aumento do desempenho escolar, do bem-estar subjetivo e da inclusão social. Esses dados, aliados a relatórios de impacto de programas brasileiros, reforçam o argumento de que investir em educação emocional gera retorno social relevante (OCDE; Instituto Ayrton Senna, 2024).

Também é importante considerar o potencial de integração entre a educação emocional e programas extracurriculares já existentes. Atividades artísticas, esportivas e culturais — tradicionalmente presentes em escolas ou projetos sociais — são terrenos férteis para o trabalho com emoções. Um relatório da Revista Educação (2024) apontou que a participação de crianças e adolescentes em atividades extracurriculares está associada ao fortalecimento de competências como empatia, cooperação, resiliência e comunicação, promovendo o desenvolvimento emocional de forma natural e significativa.

Por fim, destaca-se a possibilidade de uso da tecnologia educacional como aliada no processo. Plataformas digitais que oferecem jogos interativos, vídeos educativos, módulos de atenção plena (mindfulness) e ferramentas de autoavaliação emocional têm se popularizado e podem apoiar professores, especialmente em contextos com poucos recursos humanos especializados. A tecnologia, quando usada com critério pedagógico, amplia o alcance das práticas emocionais e pode contribuir para sua adaptação em larga escala.

Em síntese, embora o Brasil enfrente desafios significativos no caminho da institucionalização da educação emocional — desde barreiras culturais até limitações estruturais —, as oportunidades para sua consolidação já estão dadas. A legitimidade normativa assegurada pela BNCC, o engajamento crescente das famílias, o apoio técnico de instituições parceiras, as evidências de impacto e as possibilidades de inovação tecnológica criam um cenário favorável. O grande desafio será articular essas potencialidades de forma coerente, planejada e sustentável, para que a educação emocional deixe de ser uma ação isolada ou periférica e passe a integrar, de fato, a cultura e a prática pedagógica das escolas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação emocional na primeira infância representa não apenas uma inovação pedagógica, mas uma exigência formativa diante das complexidades do mundo contemporâneo. As evidências reunidas ao longo deste trabalho apontam que o desenvolvimento emocional precoce está diretamente associado ao bem-estar individual, ao equilíbrio nas relações sociais, ao desempenho escolar e à prevenção de comportamentos disfuncionais ao longo da vida. Ao possibilitar que crianças reconheçam, compreendam e expressem suas emoções, cria-se uma base sólida para o exercício da empatia, da escuta, da tolerância e da convivência pacífica.

No entanto, apesar do reconhecimento crescente sobre sua importância, a implementação efetiva da educação emocional no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a formação docente insuficiente, a ausência de políticas públicas integradas, as desigualdades estruturais que afetam o acesso a práticas educativas de qualidade e a carência de recursos materiais e humanos em muitas instituições de ensino. Tais limitações revelam que, para que a educação emocional seja de fato incorporada às rotinas escolares e familiares, é necessário um esforço articulado entre Estado, escolas, universidades, sociedade civil e famílias.

Ao mesmo tempo, o cenário brasileiro oferece oportunidades concretas para a consolidação dessa proposta. A presença das competências socioemocionais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a crescente produção científica nacional sobre o tema, as experiências bem-sucedidas em programas piloto e o engajamento de educadores e famílias demonstram que há caminhos possíveis — e promissores — para que a educação emocional deixe de ser uma iniciativa pontual e passe a ocupar lugar de centralidade nos projetos pedagógicos.

Por isso, mais do que formar crianças “boas em lidar com as emoções”, a educação emocional deve ser entendida como parte integrante de uma formação humanizadora e cidadã. Trata-se de garantir que cada criança tenha a oportunidade de crescer em ambientes seguros, acolhedores e afetivamente responsivos, onde possa desenvolver seu potencial de forma integral. Para que isso aconteça, é necessário investir em formação continuada de professores, em políticas públicas intersetoriais, em materiais pedagógicos acessíveis e em estratégias de avaliação que considerem a singularidade de cada contexto.

Em última análise, promover a educação emocional na primeira infância é um investimento no presente que reverbera no futuro. É apostar na construção de uma sociedade mais justa, solidária, empática e consciente. É reconhecer que o cuidado com as emoções não é um detalhe, mas uma dimensão fundamental da formação humana.

REFERÊNCIAS

BATISTA, G. M. Emoções e sentimentos na educação infantil: reflexões sobre a prática docente. *Revista Saberes da Infância*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 45–59, 2022. Disponível em: <https://revistasaberesdainfancia.com>. Acesso em: 15 set. 2025.

BONFATTI, R. J. et al. Regulação emocional e resolução de problemas interpessoais na educação infantil: análise de um projeto-piloto. *Cadernos de Educação da Infância*, v. 29, n. 2, p. 77–91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br>. Acesso em: 15 set. 2025.

BONFIM, F. R. et al. Círculo do diálogo e mediação emocional na educação infantil: práticas e desafios. *Revista de Práticas Educativas e Formação Docente*, v. 5, n. 1, p. 112–128, 2025.

CNN BRASIL. Pesquisa aponta que 61,2% das famílias preferem escolas com ensino socioemocional. *CNN Brasil Educação*, 2025. Disponível em: <https://cnnbrasil.com.br/educacao>. Acesso em: 15 set. 2025.

FÉLIX, M. L. A contação de histórias como estratégia de desenvolvimento emocional na infância. *Revista Brasileira de Educação Infantil*, v. 20, n. 3, p. 220–235, 2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Competências socioemocionais como fator de proteção. *Relatório Técnico*, 2024. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br>. Acesso em: 15 set. 2025.

LOURENÇO, A. C. et al. Estratégias de educação emocional em contextos escolares: uma análise da percepção docente. *Revista Educação em Foco*, v. 18, n. 1, p. 55–70, 2025.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2025.

OCDE; INSTITUTO AYRTON SENNA. Social-Emotional Skills for the Future. *Relatório Internacional*, Paris, 2024. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br>. Acesso em: 15 set. 2025.

REVISTA EDUCAÇÃO. Atividades extracurriculares e o desenvolvimento socioemocional no Brasil. *Revista Educação*, São Paulo, ed. 267, p. 34–39, abr. 2024.

REVISTA FT. Educação emocional na infância: práticas e formações. *Revista Formação e Trabalho*, v. 11, n. 2, p. 89–105, 2025.

SÁ, M. C.; LIMA, A. B. Práticas pedagógicas e educação emocional na educação infantil: um estudo em escolas públicas. *Revista Educação & Realidade*, v. 50, n. 1, p. 180–199, 2025.

SILVA, J. F.; OLIVEIRA, P. M.; FÉLIX, M. L. A ludicidade como ferramenta para o desenvolvimento emocional na educação infantil. *Revista Práticas Educativas*, v. 9, n. 2, p. 132–148, 2025.

SILVA, V. A.; PESSÔA, M. C. Regulação emocional infantil: uma revisão integrativa da literatura brasileira (2019–2024). *Revista Psicologia e Educação*, v. 26, n. 1, p. 25–41, 2025.